



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO - RPPS

Processo TC 2648/989/23
Poder EXECUTIVO
Município Pitangueiras
Entidade INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS
Período 12/2023
Auditor Dra. Silvia Monteiro
Unidade Fiscalizadora UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA
Responsável ANTONIO SERGIO TONIELLO
Cargo DIRIGENTE
CPF 036.256.038-29
Período de Gestão 01/01/2009 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

1.1 - Contribuição Patronal

Receita Prevista	R\$ 12.000.000,00
Receita Arrecadada	R\$ 13.287.771,02
Variação	-10,73%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessária a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.2 - Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas)

--	--

Receita Prevista	R\$ 4.316.000,00
Receita Arrecadada	R\$ 6.212.691,38
Varição	-43,95%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.3 - Parcelamentos

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.4 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.5 - Aporte para Cobertura de Insuficiência Financeira

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi

estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.6 - Recebimento das contribuições dos servidores

A Receita Arrecadada apresenta comportamento aceitável em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão de alerta ao jurisdicionado.

2 - Assunto de Fiscalização: Avaliação da Rentabilidade e Evolução dos Investimentos do RPPS

2.1 - Confronto entre a rentabilidade da carteira e a meta atuarial

Rentabilidade da carteira acumulada até o trimestre	14,28%
Data da última avaliação atuarial	31/12/2022
Meta de rentabilidade constante da última avaliação atuarial sem inflação	5,00%
Inflação acumulada até o trimestre	4,62%
Meta de rentabilidade proporcional até o trimestre	9,66%
Variação	-47,83%
Percentual Limite	5,00%

A rentabilidade da carteira acumulada até o trimestre apresenta comportamento adequado em relação à meta atuarial, demonstrando tendência ao cumprimento desta meta estabelecida para o exercício, de forma que não se faz necessário a emissão de alerta ao jurisdicionado.

3 - Assunto de Fiscalização: Avaliação dos Parcelamentos com o RPPS

3.1 - Confronto entre o valor total previsto e recebido acumulados até o quadrimestre

O(s) valor(es) recebido(s) do(s) parcelamento(s) pelo RPPS, acumulado(s) no exercício até o quadrimestre em análise, apresenta(m) comportamento adequado em relação ao(s) valor(es) previsto(s), de forma que não se faz necessário a emissão de alerta ao jurisdicionado.

3.2 - Verificação de Aumento/Redução dos saldos de parcelamentos do Município com o RPPS

O(s) saldo(s) final(is) do(s) parcelamento(s) com o RPPS, no quadrimestre, apresentou(aram) redução ou aumento não significativo em relação ao(s) saldo(s) inicial(is) do mesmo período, sendo considerado adequado o comportamento em relação a esse comparativo, de forma que não se faz necessário a emissão de alerta ao jurisdicionado.

3.3 - Redução do saldo sem recebimento no período

A ocorrência de redução no(s) saldo(s) final(is) do(s) parcelamento(s), uma vez que houve recebimentos pelo RPPS no quadrimestre, pode ser considerada adequada, de forma que não se faz necessário a emissão de alerta ao jurisdicionado.

Data da Geração: 26/03/2024
Hora da Geração: 16:18:51